

II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo

Relato de Experiência

Práticas educativas podem contribuir para a valorização e resgate da identidade do sujeito do campo?

Rosa Maria da Silva

Professora, atualmente diretora da Escola Municipal Rural Pólo Paiolzinho Município de Corumbá Mato Grosso do sul.

Especialização: Educação Básica na Perspectiva da Educação Inclusiva. UFMS.

Palavras Chaves: Educação do campo, práticas educativas, formação, identidade.

Resumo:

Este trabalho buscará fazer uma reflexão sobre **Práticas educativas** sua importância e colaboração para valorização, o fortalecimento e resgate dos valores culturais, sociais e senso crítico do sujeito do campo, de forma que este cresça cada vez mais consciente de que é um cidadão digno merecedor de respeito e o que no campo pode se viver com muita saúde, tranquilidade e conforto. A preocupação em desenvolver atividades mais específicas dentro da prática pedagógica escolar se dá devido à observação que há anos venho fazendo em relação à falta de perspectivas de muitos jovens do campo, conta-se nos dedos aqueles que chegaram a uma Universidade nestes aproximados quinze anos em que trabalho nesta comunidade rural, é também perceptível em algumas de suas atitudes no dia-dia dentro da própria unidade escolar o desinteresse pela produção agrícola e a negação de suas raízes, poderemos talvez caracterizar isso como insegurança da própria **identidade**, muitos não continuam seus estudos, tão pouco trabalham na produção agrícola dos seus sítios, evadem para a cidade e na maioria das vezes voltam novamente para a zona rural, mas não querem ir para a roça. Estarei fazendo estudo bibliográfico referente à **educação do campo** no Brasil, qual a preocupação com esses fatores, o que falam as LEIS, assim como farei estudos de algumas propostas do Movimento Sem Terra (MST) e em seguida buscarei apresentar algumas atividades que alguns educadores tentam desenvolver através de projetos internos e práticas educativas mais próximo da realidade destes educando, especialmente na E.M.R. Pólo Paiolzinho localizada no município de Corumbá, farei a reflexão sobre a influência do educador na **formação** de

cidadãos seguros de sua identidade, conscientes dos seus direitos e deveres no campo, capazes de interferir de maneira crítica para um melhor desenvolvimento de suas comunidades. Além das pesquisas documentais e entrevistas, que comprovem as colocações ou afirmações de descobertas da pesquisa, postarei fotografias das atividades desenvolvidas.

Introdução

Como sabemos até 1981 a educação do campo não era mencionada nos textos da constituição brasileira, conseqüentemente os descasos por parte dos dirigentes para com o povo do campo sempre muito evidentes, continuaram por muitos anos, o que contribuía para a permanência do trabalho escravo, a concentração fundiária, o controle do poder político de uma classe sobre a outra. A educação era baseada no modelo europeu letrado, uma herança cultural urbanizada, as condições de funcionamento sempre precárias, não havia escolas suficientes, as estruturas físicas eram inadequadas, havia escassez de recursos materiais, os profissionais não tinham formação ideal e assim, eram mal remunerados, temos vários estudos que comprovam os conteúdos curriculares descontextualizados da vida do povo do campo. É claro que muitos destes problemas também apareciam na cidade, mas no campo eram mais graves devido a pouca importância que se dava a realidade desses povos, os projetos emergenciais e as políticas compensatórias somente serviam para ratificar os direitos cidadãos. Não podemos dizer que hoje há um modelo ideal de educação para essa gente, de 1500 até o século XX, o Brasil continua implementando modelos educacionais inacessíveis para muitos povos do campo. Em 1950 junto à indústria surge o discurso urbanizador no qual o campo é uma divisão social cultural a ser superada em nome do desenvolvimento industrial.

Em 1964 com o golpe, seguimentos educacionais sofrem repreensões, as universidades sofrem intervenções, movimentos são desarticulados surge uma nova dimensão do pensamento educacional, no intuito de colocar o Brasil no rumo do desenvolvimento e torná-lo uma potência econômica no cenário internacional, a elite dominante organiza campanhas de alfabetização, no entanto nenhuma delas apresenta discussões ou propostas específicas para a população do campo, a forma de viver destes povos sua cultura, isso começa a mudar somente em 1990 quando movimentos sociais e sindicatos começam a reivindicar de forma mais articuladas a criação de políticas públicas para a população do campo, a construção de propostas pedagógicas que respeitassem a realidade, as formas de produzir e lidar com a terra, de viver e conviver dos povos do campo. Uma grande conquista foi a LDB (Lei de Diretrizes e bases) de 1996. Observe o que fala no Artigo 28:

Art. 28 – Na oferta da educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à adequação necessárias as peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.

II – Organização própria, incluindo adequação do calendário escolar às fase do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III – Adequação própria à natureza do trabalho na zona rural. Em seguida outra vitória para os organizadores destas políticas foi à aprovação das Diretrizes Operacionais para educação básica do campo, pelo parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de educação.

Em 1997 aconteceu o primeiro encontro de educadores e educadoras da Reforma agrária (Promovido pelo MST, com apoio da UNESCO, UNICEF e UNB) para discutir conceito, cultura, modos de vidas, relação de produção tempo espaço e meio ambiente, organização do trabalho e da família no campo, por consequência discutiam a proposta de uma educação mais voltada a realidade destes povos já baseando-se na LDB, de lá para cá aconteceram ainda várias conferências e encontros entre educadores do campo articulados por estas e outras entidades no sentido de promover a discussão e mobilizar os povos do campo para a construção de políticas de educação e na reflexão político-pedagógica partindo da prática já existente. Em 1998 por exemplo o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), INCRA e MDA, se mobilizaram no sentido de buscar a educação formal para os povos do campo.(Caderno de subsídios do MST)

Em 2004 o governo federal cria a SECAD/MEC Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e implanta as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo, por ocasião do grito da terra Brasil/2003 e reafirmado na II Conferencia de Educação do Campo, essas ações vem de encontro a um processo inovador de construção de políticas públicas. O ministério da educação quer “assumir o compromisso, organizado com os povos do campo” de forma compartilhada com os diversos sujeitos governamentais e não governamentais comprometidos com a afirmação de um modelo de desenvolvimento sustentável-ecológico, equânime e inclusivo também aos povos do campo (Diretrizes Operacionais para Educação do Campo Resolução CNE/CEB Nº03 de abril de 2002).

É sabido que os movimentos sociais têm lutado muito para as mudanças na educação do campo, principalmente o MST (Movimento sem terra), segundo o professor Luis Bezerra Neto, nos anos de 1989 e 1990 o setor priorizou a habilitação de professores rurais leigos, dedicou-se na campanha de alfabetização de jovens e adultos e implantou o curso de supletivo de 1º grau com base na formação jovem que trabalham em cooperativas dos assentamentos, em 1993, deu início a formação de professores e oficinas de capacitação pedagógica estão na luta por uma universidade popular, reconhecida pelos órgãos públicos, onde seus jovens sigam normas específicas nos mais variados cursos, com as mesmas facilidades que o jovem da cidade, mas que leve em conta outras peculiaridades da área rural, defende o gerenciamento das escolas pela própria comunidade, aliás, esta última é uma proposta elogiada por Bezerra Neto, que em sua tese de doutorado conclui que; “ O MST está atribuindo a escola um poder que ela não tem, Quando defende uma educação para fixação do homem do campo no campo, segundo ele todos os segmentos da sociedade devem ter acesso a todo tipo de conhecimento e informação que se produz, independentemente de que áreas habitem. Se ele não tiver acesso à propriedade (individual ou coletiva), aos insumos maquinários, e ferramentas, o êxodo rural é inevitável”, diz o pesquisador.

Quanto ao papel do educador Bezerra Neto juntamente com Maria Cristina S. Bezerra em um dos seus trabalhos conclui que cabe a ele o papel de criar condições para que os alunos tomem decisões cada vez mais acertadas coerentes com a vida no assentamento e coerentes com os princípios do MST, como se o conhecimento tivesse que ter uma aplicabilidade prática e um fim imediato, sendo a empiria a única forma de conhecimento. Por isso, o professor tem, necessariamente, que ser engajado no movimento; caso contrário a educação não atingirá seus objetivos junto ao educando.

Claudemiro Godoy em seu artigo sobre as escolas do campo fala respeito das concepções e princípios pedagógicos de uma escola do campo, estes devem ter claro que educação do campo não é resíduo em processo de extinção, mas, é necessária para se cultivar a própria identidade antropológica camponesa. Além de contribuir no desenvolvimento de estratégias para um projeto educativo sócio-econômico

Esses princípios e preceitos constitucionais da acusação devem abranger todos os níveis e modalidades de ensino ministradas em qualquer parte do país, deixando claro que se adapte a educação a realidade de cada escola. O art.28. da LDB, fala que Na oferta de educação para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação: as peculiaridades, da vida rural e de cada região especialmente. Esta adaptação vai desde os conteúdos curriculares e metodologia, apropriadas às áreas de

necessidades e interesse dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar a fases do trabalho agrícola e as condições climáticas até adequação a natureza do trabalho na zona rural. A LDB ainda abre espaços para uma adequação da escola e a vida da população rural quando se refere às diferenças regionais (art.26) Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum a ser contemplada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade da cultura e da clientela.

A Lei 9.424 (FUNDEF) valoriza o professor, independente do local de Atuação e prevê diferença valor/aluno/rural.

Os dados oficiais divulgados pelo censo demográfico mostram que apesar da imensa urbanização nas últimas décadas, cerca de um 5º da população do país encontra-se na zona rural. Do ponto de vista sócio-cultural, a diversidade regional é notória no Brasil rural, pois há vários indicadores que mostram a desigualdade social existente entre a zona rural e a zona urbana, uma delas é a taxa de distorção série-idade que revela o nível de desempenho escolar e a capacidade do sistema educacional manter a frequência dos alunos em sala. Isso se vê principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

O município de Corumbá possui uma área de 64.961 k² de extensão territorial e tem aproximadamente 100,68 habitantes, segundo o IBGE de 2005, a fauna e a flora assim como a bacia do rio Paraguai, são os patrimônios mais importantes da região. Neste município estão concentradas diversificadas comunidades rurais compreendidas por pescadores, ribeirinhos, agricultores e pecuaristas tradicionais dos Distritos de Albuquerque, Nhecolândia e por assentados. Hoje Corumbá atende um total seis escolas rurais pólos e dezoito extensões, dessas, 05 atendem alunos de seis assentamentos. Tem um dos melhores salários do estado, professores passam por formações, recebem difícil acesso e desenvolvem seu trabalho pedagógico “bem” tecnicamente falando, no entanto, nos últimos anos as formações específicas para educadores do campo não acontecem, o ensino predominante nas escolas do campo é aquele urbano. Durante estes quase 18 anos que trabalho na zona rural, observei que os professores que tiveram a formação média no magistério há alguns anos, organizado em período de férias por entidades como CPT, MST, FETAGRE entre outras e que são ou foram moradores dos assentamentos desenvolvem projetos mais voltados a realidade, mas a maioria dos educadores do campo são da cidade saem de casa todos os dias para trabalhar na zona rural, se quer conhecem a realidade do aluno, sua história, como surgiu a história do assentamento onde a criança vive, não busca interagir com elaboração projetos mais voltados aos problemas da realidade em que atuam, trabalham projetos comuns a todas as escolas,

como aqueles de datas comemorativas, uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis etc. mesmo escola que tem a frente uma gestão com interesse pelo trabalho com a realidade, no ano de 2006 quando atuava como coordenadora numa escola rural, fizemos discussões, até na elaboração do PPP, sugerimos projetos e até atividades que trabalhassem um pouco fora de sala e as especificidades locais como horta; minhocário, composteira, produção, mas a maioria dos educadores resistiam, uma vez ouvi de uma: Olha, primeiro vou ensinar minha turminha ler depois eu levo eles na horta (apesar de ser uma excelente alfabetizadora, até hoje nunca foi na horta). Uma das professoras se interessou e levou sua turminha de 1ª série para a horta, e fomos conversando, elaborando atividades de letramento, construindo relatório coletivo e alfabetizando com o nome das verduras e legumes que ali havia, o trabalho poderia ir mais além, mas a coordenação teria que estar acompanhando a todo o momento fizemos reunião para onde foi sugerido que cada professor fizesse um canteirinho com a sua turma, foi discutido temas de projetos, exemplos de atividades, mas se a coordenação não fosse à sala pegar alunos e professores não iam teve professor que ficou aquele ano inteiro sem colocar os pés na horta. Sabemos que esta é uma preocupação de muitos pesquisadores e um assunto bastante discutido, e muitos tentam colocar em prática:

Observe os artigos 01: Rádio pela infância, nº63 – Brasília, fevereiro de 2004
Notícia

Desde 1994, o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) tem ajudado a fazer da escola um espaço capaz de transformar comunidades rurais em Pernambuco. Uma de suas ações é o *Programa de Educação de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável*, que propõe a professores a criação de fichas pedagógicas para serem usadas em sala de aula. A partir das fichas, o estudante pesquisa, analisa e busca formas de transformar sua realidade. Os temas vão de questões como tratamento da água e agricultura familiar à preservação do meio ambiente e cidadania. A idéia é desafiar o educador a relacionar, diariamente, as informações levantadas pelos alunos com o conteúdo a ser ensinado. Graças ao programa, estudantes e professores estão aprendendo juntos sobre o ambiente onde vivem. E vão além, pois levam essas questões para serem discutidas em casa, com a família. Ao todo, 13 mil meninos e meninas fazem parte do projeto, que atende a mais de 100 escolas em quatro municípios da Zona da Mata pernambucana (Art.01 Rádio pela Infância, fevereiro de 2004).SERTA

Adalgiza Inês Campolim fala da importância da formação do educador e seu conhecimento da realidade do educando:

A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição do saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham. Já

sei, não há dúvida que as condições materiais em que e sob que vivem os educandos lhes condicionam a compreensão do próprio mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios. Preciso agora, saber ou abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, menos estranho e distante dela. E a diminuição de minha estranheza e minha distância da realidade hostil em que vivem meus alunos não é uma questão de pura geografia. Minha abertura a realidade negadora de seu projeto de gente é uma questão de real adesão de minha parte a eles e a elas, a seu direito de ser. .(Aquidauana News/MS: 16-11-2005))

Ar.02:A fala da mestra Adalgiza Inês Campolim em um portal de notícias sobre educação rural fonte: Aquidauana News/MS:

Considerando os altos índices do êxodo da juventude camponesa nas últimas décadas e entendendo a educação como prática social e histórica, repensar a formação de jovens rurais é uma necessidade para todos que estão comprometidos com a construção de uma sociedade sustentável. A sobrevivência das unidades de produção familiar está relacionada também à fixação da juventude no campo, tendo em vista que os filhos seriam os responsáveis em dar continuidade às atividades agropecuárias da família.(Aquidauana News/MS: 16-11-2005))

Observamos pelo primeiro artigo que existem lugares que estão colocando em prática através de ações o que estamos discutindo, o segundo artigo começa o seu debate destacando também a preocupação com a formação do sujeito do campo, esses artigos reforçam o que estamos buscando através deste trabalho que é discutir e relacionar a importância de práticas pedagógicas voltadas à realidade do educando do campo para que a sua a formação possa contribuir de forma objetiva em atitudes que venham a interferir positivamente no desenvolvimento de sua comunidade tendo consciência do seu valor, orgulho de suas identidades.

É preciso que os órgãos públicos responsáveis pela educação tenham mais atitudes e preocupação com a educação do campo, pensem em formações mais específicas para estes educadores cobrem projetos e ações diferenciadas. É preciso que os profissionais envolvidos no processo se identifiquem com aquela realidade do campo, não adianta tapar o sol com a peneira e dizer que tudo ocorre as mil maravilhas, não dá para dois três educadores abraçarem uma causa e a maioria não se interessar, por que é este o cenário das escolas do campo hoje. É necessário educadores mais comprometidos e atuantes no campo. A evasão do jovem do campo para a cidade é cada vez maior! Observamos neles a falta de perspectiva, insegurança da própria identidade, vai para a cidade volta para o campo tem vergonha de ir para a roça, nem continuam seus estudos nem trabalham em seus sítios. Será que ao valorizar a realidade

do nosso educando não podemos colaborar para um pensamento diferente sobre seu mundo e sua realidade?

No segundo semestre de 2012, participei de uma formação em Brasília onde o tema era: Educar com a horta escolar e a gastronomia, o curso não era apenas para escolas rurais e seu objetivo não era a fixação do homem no campo e sim propor que todas as escolas se preocupem mais com a qualidade dos alimentos que ingerimos e possam trabalhar com hortaliças e buscando através da prática formar a consciência crítica do educando no que se refere a uma alimentação mais saudável e nutritiva. Todos os participantes receberam material riquíssimos, inclusive com sugestões de atividades práticas e teóricas. Considerei importante levar a idéia aos colegas seria mais um argumento ou forma de aproximar e envolver os educadores da nossa escola a realidade dos nossos educandos. Fizemos um dia de formação, fiquei contente por que muitos gostaram da ideia, diante de todo aquele material falaram inclusive em elaborar projetos dentro do tema, alguns chegaram a assistir um dos vídeos do material adquirido, com suasturmas, a professora da 1ª série fez um projeto sobre alimentação saudável, no entanto, mais uma vez ficou na empolgação trabalharam algumas atividades dentro do tema para exposição pedagógica e ninguém fala mais sobre o assunto. Paulo Freire fala da importância da formação do educador e seu conhecimento da realidade do educando:

“A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição do saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta em que os professores trabalham. Já sei, não há dúvida que as condições materiais em que e sob que vivem os educandos lhes condicionam a compreensão do próprio mundo, sua capacidade de aprender, de responder aos desafios. Preciso agora, saber ou abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, menos estranho e distante dela. E a diminuição de minha estranheza e minha distância da realidade hostil em que vivem meus alunos não é uma questão de pura geografia. Minha abertura a realidade negadora de seu projeto de gente é uma questão de real adesão de minha parte a eles e a elas, a seu direito de ser”.

É válido acrescentar que somente a educação não pode resolver os problemas do campo e da sociedade, mas, é um dos caminhos para a promoção da inclusão social e do

desenvolvimento sustentável. Fica evidente através das próprias Leis a autonomia da escola para organizar seu currículo e adequar seus conteúdos através de um projeto político pedagógico específico, porém é necessário mais compromisso por parte dos educadores, assim como fica evidente a necessidade de mais formações e interação e cobrança por parte por parte de quem administra especialmente no que se refere as ações pedagógica voltadas a realidade de cada comunidade.

A educação do campo ganha ainda mais sentido quando associada a um movimento social que defende a educação articulada à criação de condições materiais para a vida no campo.

Os educadores do MST, orientados por Roseli Caldart – 2000, afirmam que os conteúdos ensinados nas escolas rurais, sem nenhuma adequação para o campo, contribuem para acelerar o êxodo rural, ao fantasiar uma realidade mais atraente nas cidades. Como agravante apontam habilitações inadequadas (eminentemente urbana) dos professores, tanto que criaram a escola de Formação de Professores para que estes conheçam as estas as especificidades do meio e desenvolvimento um trabalho coerente com as necessidades locais e regionais.

Considerações finais

Podemos observar através das Leis existentes, assim como, através de várias pesquisas que a discussão sobre educação diferenciada e que respeite às especificidades do campo, veem sendo colocadas em pautas há muitos anos, porém, a sua prática nem sempre é evidente, é necessário maior interesse por parte de quem administra e principalmente de mais envolvimento e comprometimento dos educadores através de suas práticas pedagógicas.

O surgimento de novas pesquisas sobre as práticas educativas nas escolas do campo, poderão também contribuir para reais mudanças no sentido do respeito a essa realidade, pois, essas pesquisas hoje estão muito mais no campo da teoria. Se continuarmos a caminhar assim sem discutir a atual conjuntura das práticas educacionis no campo a tendência é que estas escolas continuem a imitar o modelo de educação urbana, sem respeito às especificidades sugeridas pelos movimentos sociais e mesmo estes garantidos em Leis, ficarão apenas no papel, ou seja, será uma utopia, mais grave ainda, poderemos até retroceder é só olhar para os assentamentos mais antigos de Corumbá, a maioria das pessoas que ainda permanece são aquelas de idade, onde estão os jovens! Aqueles que um dia acreditamos serem participativo e crítico e ativos em suas comunidades.

Bibliografia

ADAGILZA CAMPOLIM: Educação rural um debate necessário (Art. de um portal de notícias sobre educação rural fonte: Aquidauana News/MS: 16-11-2005)

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96. De 20 de dezembro de 1996. Brasília.

CALDART, R. S. Pedagogia do movimento sem terra: A escola é mais do que escola. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CADERNOS DESUBSÍDIOS, Referencias para uma política nacional de educação de campo – Brasília, DF, 2005

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA nas escolas do campo. In. KOLLING, Edigar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Org.) **Educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília RESOLUÇÃO CNE/CEB, n.1 3 de abril de 2002 (Coleção por uma educação do campo, n. 4)

FREIRE Paulo, Pedagogia da autonomia, Saberes necessários à prática educativa, Paulo Freire, 33ª edição. São Paulo - Paz e terra, 1996 (coleção detexto)

IBGE – Corumbá, MS, 2005.

Lei 9.424/96 _ FUNDEF

NASCIMENTO Claudemiro Godoy, Art.: Educação e cultura: As escolas do campo em movimento, FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 867-883, nov./dez. 2006.

NETO, Luiz Bezerra; BEZERRA, M.C.S. Educação do campo ou educação no campo. In: PINHEIRO, S.A; TEDESCHI, L.A; MARSCHNER, W.B. (Orgs). **Saberes da Terra: Teoria e vivência**. Dourados: Ed. UFGD, 2012, p -137 a 167.

SERTA. Idéias em construção. Glória da Goitá. SERTA, 2002.

SMEC – Secretaria municipal de educação - Caderno de subsídios para professores de educação do campo - Corumbá MS, 2006.